

As políticas públicas de educação infantil no contexto do neoliberalismo

Antônio Cláudio Moreira Costa¹, Michelle Candida de Oliveira²

Resumo

Este texto se propõe a fazer uma reflexão sobre a relação entre as políticas públicas de Educação Infantil e as políticas neoliberais. Far-se-á uma retrospectiva histórica acerca do surgimento do neoliberalismo no mundo, na América Latina e no Brasil, procurando identificar quais são as principais teses defendidas por esse modelo econômico e como elas se materializaram especificamente na sociedade brasileira a partir da década de 1980, período marcado pelo processo de abertura política e de redemocratização do país. Na lógica neoliberal, a educação passa a ser compreendida como mais uma mercadoria disponível no mercado; e aquilo que é um direito subjetivo do cidadão passa a ser encarado como uma concessão. Em relação à Educação Infantil, os efeitos das políticas neoliberais resumem-se em poucos investimentos destinados a essa etapa essencial da educação básica e falta de uma política séria de formação dos profissionais que trabalham na Educação Infantil. Os governos defendem a educação como a única forma de garantir a governabilidade. Não é uma tarefa impossível, mas que exige a construção de um processo educativo, revestido de formação política, capaz de garantir que a sociedade consiga compreender criticamente o contexto em que está inserida.

Palavras-chave

Políticas Públicas. Neoliberalismo. Educação Infantil.

1. Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, pesquisador do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Educação. E-mail: acmoreira@faced.ufu.br.

2. Acadêmica do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG. E-mail: michellecoliveira@bol.com.br.

Public policies of children education in the context of neoliberalism

Antônio Cláudio Moreira Costa*, Michelle Candida de Oliveira**

Abstract

This text proposes to reflect about the relationship between the public policies for Children Education and the neoliberal policies. It will be made a historical review of the emergence of neoliberalism in the world, Latin America and Brazil, trying to identify which are the main thesis defended by this economic model and how they materialize specifically in the Brazilian society from the 80's, a period marked by the process of political opening and democratization of the country. In the logic of neoliberalism, education is understood as another commodity available on the market; and what is a right of the citizen is faced as a concession. Referring to the children education, the effects of neoliberal policies are reduced in the low investment to this essential part of basic education and lack of a serious policy concerned to form professionals who work with children education. The governments support education as the only way to ensure good governance. Children Education is not an impossible task, but it requires the construction of an educational process, training policy, ensuring that the society will be able to critically understand the context in which it is inserted.

Keywords

Public Polices. Liberalism. Children Education.

* Doctor in Education at the Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, professor at Faculty of Education at Federal University of Uberlândia, researcher of the bunch of Research State Democracy & Education. E-mail acmoreira@faced.ufu.br.

** Student of the Course of Physical Education at the Federal University of Uberlândia, student on an allowance of PIBIC/FAPEMIG Scientific Initiation. E-mail michellecoliveira@bol.com.br.

Discutir a jornada educacional brasileira e sua íntima relação com as teses neoliberais não é uma tarefa simples, pois exige que façamos uma reflexão que deve ter como ponto de partida os condicionantes sócio-históricos nacionais e internacionais que marcaram o último quartel do século XX, uma vez que, nesse período, se observa a consolidação e a disseminação em escala mundial/global do ideário neoliberal.

No entanto, é importante ressaltar que as ideias neoliberais tiveram sua gênese logo após a II Guerra Mundial, nos Estados Unidos e Europa, berços por excelência do capitalismo. O neoliberalismo foi concebido a partir de uma reação teórica, política e econômica contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar Social (Welfare State). No início dos anos de 1970, com a crise mundial que afetou frontalmente os países capitalistas avançados, o ideário neoliberal ganha assombrosa força. A grande recessão vivida pelos países capitalistas que combinou, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, foi o terreno fértil para que as ideias neoliberais aflorassem. Tais ideias partiam do pressuposto de que as raízes da crise estavam no excessivo gasto do Estado com as demandas sociais. O movimento sindical, sobretudo o Operário, era o inimigo que deveria ser eliminado.

Os teóricos neoliberais defendiam veementemente que a estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para alcançar tais objetivos, seria necessária

[...] uma disciplina orçamentária, com contenção dos gastos com o bem-estar e a restauração da taxa natural de desemprego, ou seja, a criação de um exército de mão-de-obra de reserva de trabalho, para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Então, uma saudável desigualdade voltaria a dinamizar as economias avançadas, pensando-se em uma

intervenção anticíclica e na redistribuição social (ANDERSON, 1995, p. 11).

De acordo com Anderson (1995) a hegemonia do ideário neoliberal se deu por meio de um processo ininterrupto que durou, aproximadamente, uma década. Segundo o autor, a primeira experiência de implantação das reformas neoliberais ocorreu no Chile (1975), sob a ditadura de Pinochet. Em 1979, as ideias neoliberais ganharam força na Inglaterra, no governo da ex-primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher (1979-1990). Nos Estados Unidos as ideias neoliberais foram implementadas durante o governo Ronald Regan (1980-1988).

O governo Thatcher foi o que mais se dedicou a por em prática as diretrizes do programa neoliberal. Nos anos de administração de Margareth Thatcher,

[...] contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado (ANDERSON, 1995, p.13).

O governo Regan se diferenciou do de Thatcher por não respeitar a disciplina orçamentária requerida pela diretriz neoliberal. Apesar de ter baixado os juros em favor dos ricos, elevado as taxas de juros e combatido a única greve da sua gestão, sua administração foi essencialmente marcada pela competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e,

por esta via, derrubar o regime político da Rússia.

De acordo com Cremonese (2009), com a derrocada do comunismo na Europa Oriental e na União Soviética (1989/1991) ocorreu uma metástase neoliberal, ou seja, a reanimação do capitalismo autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo a sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional.

A execução das políticas neoliberais trouxe consigo consequências destrutivas para a economia dos referidos Estados. Mas, foram nas políticas públicas e sociais em que mais se evidenciou retrocesso, principalmente nas questões do emprego, saúde, moradia e educação. O empobrecimento deu-se entre os países ex-socialistas (Rússia, principalmente) e países de economia emergente (países latino-americanos) (CREMONESE, 2009, p. 121).

A disseminação da lógica neoliberal na América Latina foi orquestrada a partir de uma reunião realizada na cidade de Washington que contou com a participação massiva da cúpula econômica do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa reunião teve como eixo central de discussão as reformas necessárias para os países latino-americanos. Essas reformas foram sintetizadas pelo economista John Williamson em três planos, a saber:

O “primeiro plano” é de ordem macroeconômica. Há um acordo completo entre todas as agências econômicas de que todos os países periféricos devem ser convencidos a aplicar um programa em que lhes é requerido um rigoroso esforço de equilíbrio fiscal, austeridade fiscal ao máximo, que passa, inevitavelmente, por um programa de reformas administrativas, previdenciárias e fiscais, além de um corte violento no gasto público. Esses países devem fazer políticas monetárias rigidíssimas, porque a prioridade número um é a estabilização, sendo que a

política fiscal tem que ser submetida à política monetária.

O “segundo plano” visa a apresentar propostas e reformas de ordem microeconômica: é preciso desonerar fiscalmente o capital, para que ele possa aumentar a sua competitividade no mercado internacional, desregulado e aberto. Então, o único caminho de as pequenas empresas situadas nos países da periferia entrarem nesse jogo seria por aumento de competitividade, o que passaria por desoneração fiscal, flexibilização dos mercados de trabalho, diminuição da carga social com os trabalhadores, diminuição dos salários.

A “terceira ordem” de coisas que o Consenso propunha era: nada disso será possível se não houver o desmonte radical do modelo anterior (Estado interventor) que houve nesses continentes, um modelo perverso, que, segundo o pensamento do Consenso, funcionou mal, e que o modelo de importação de industrialização por substituição de importações foi um conceito pessimamente usado (CREMONESE, 2009, p. 122).

A exposição dos três planos apresentados no “pseudo” Consenso de Washington, não deixa dúvidas que a ideia central era o extermínio do Estado-Social. Nessa nova lógica econômica o Estado pretendido é o Estado Mínimo, cuja função se restringe a garantir, por meio de seu aparato, o livre mercado, em que o lucro está acima das pessoas, em que ter dignidade e exercer a cidadania se reduz à capacidade de o indivíduo consumir. Em síntese, é possível afirmar que o documento apresentado na reunião de Washington defendia a liberalização da economia, as privatizações, a redução da ação do Estado e a desregulamentação do mercado de trabalho.

Foi durante o governo de Fernando Collor de Melo que o Brasil fez a sua inicialização nas teias do neoliberalismo, pois é possível observar uma liquidação financeira do Estado como consequência imediata do processo de

globalização da economia, que acena para a liberdade quase total do capital para desenvolver-se e valorizar-se. Diante desta realidade, o Estado passa a ser improdutivo nos temas sociais e ecológicos, mas gestor da reprodução da riqueza privada (NASCIMENTO, 2003). Collor procurou articular um programa de governo que estivesse intimamente ligado aos interesses da burguesia nacional, no entanto, a avalanche de mudanças estruturais propostas e requeridas pela nova ordem mundial trouxeram um clima de instabilidade e insegurança que acabaram desgastando o seu governo e culminaram com a sua cassação. No entanto, Collor implantou medidas de ajustes fiscais que tinham como pressuposto básico o enxugamento da máquina estatal, com salários congelados e investimentos pífios nas áreas de saúde, segurança e educação.

Durante o governo Collor a educação passa a ser encarada com um produto a ser oferecido por empresas prestadoras de serviços. Os investimentos nessa área, além de escassos, foram destinados principalmente à educação básica, que passa a ser orientada por uma política de formação profissional para atender às novas demandas do capital. Assim, conforme Aguiar (2003), é proposta a privatização do ensino médio e superior e a transformação do Estado em subsidiário de ensino para muitas famílias que não podem sustentar a educação de seus filhos.

De modo geral, é possível afirmar que, no governo Collor, o Brasil vivenciou a primeira onda de reformas, cujo princípio era neoliberal e visava ao estado mínimo por meio do ajuste fiscal, liberação comercial e liberação de preços.

A partir de 1990, mais especificamente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso o Brasil vivencia a segunda onda de reformas, cujo objetivo era reconstruir o estado e implantar a reforma gerencial que, para Bresser (1998), envolve, no plano fiscal, a reconstituição da poupança pública e a reforma de previdência social e, no plano político, a estruturação de políticas sólidas

capazes de dar maior governabilidade.

Fernando Henrique e sua equipe gerencial, como exímios operários do capital, se ocuparam enfaticamente em propor estratégias para aprofundar a lógica empresarial na gestão do Estado, configurando-se aquilo que vários autores chamam de “quase mercado”. Nesta perspectiva, as políticas sociais foram consideradas serviços não exclusivos do Estado e, por conseguinte, de propriedade pública não estatal ou privada. Os resultados dessa política foram

[...] recessão econômica, ingresso do capital externo, desemprego, aumento do trabalho informal, conflitos sociais, crise de modelos políticos tradicionais, flexibilização dos direitos trabalhistas, precariedade e o mesmo desmonte dos sistemas de seguridade social, de saúde e de educação (CREMONESE, 2009, p. 125).

No que tange à educação, os estragos causados pela política neoliberal imposta por Cardoso e sua equipe foram nefastos. Pode-se afirmar também que a política educacional nunca cumpriu a sua proposta ao

[...] formar meninos e meninas que serão futuros “robôs humanos”, ou simplesmente **deixou** de formar, paralisando a massa cinzenta de cada criança ainda no início do processo pedagógico. Essas crianças, na fase adulta, serão como “autômatos”, que sempre fazem aquilo que querem que eles façam e nunca contrariam seu grupo social (MARTINS, 1993, p. 11).

Após as rígidas reformas do Estado implementadas por Collor e Cardoso, o governo Lula surgiu como uma possibilidade de romper com a lógica do quase mercado. Ledo engano, pois o governo de Luis Inácio Lula da Silva nada mais fez que aprofundar a reforma estatal iniciada por seus antecessores. O governo Lula e sua equipe praticaram “o maior estelionato eleitoral da história política brasileira, um caso notável de se eleger pela

esquerda e governar pela e com a direita, como, aliás, tem acontecido em muitos outros países nas últimas décadas” (CARVALHO, 2004).

A importância dada à educação no governo Lula é secundarizada e formalmente alicerçada em padrões tradicionalistas, seletivos e excludentes.

No que se refere à área de educação, o Governo Lula vem implementando a mesma pauta apresentada pelo BM [Banco Mundial] e FMI [Fundo Monetário Internacional] ao longo da década de 1990: a) investimento mínimo no combate ao analfabetismo, no financiamento da educação fundamental e do ensino médio; b) diversificação das fontes de financiamento da educação superior e, c) abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, através da educação superior à distância (LIMA, 2004, p. 4).

As medidas adotadas pelo governo Lula na área educacional são apresentadas como estratégias para garantir a universalidade do ensino com qualidade socialmente referenciada. Os documentos oficiais por meio da ideologia do Estado apresentam as diretrizes educacionais como fundamentais à universalização da educação, e esta é apresentada como direito de todos. Por meio de uma política assistencialista e populista, o governo Lula consegue apoio da maioria da população para implantar as mudanças necessárias ao êxito do neoliberalismo.

No que se refere especificamente à educação, os resultados de tais políticas têm provocado um processo de exclusão modernizante, ou seja, as pessoas estão sendo excluídas dentro do sistema. A lógica agora é incluir para excluir. O sujeito crítico e consciente, objetivo da educação nos documentos oficiais, torna-se um ser virtual, pois na prática os sistemas educacionais estão desenvolvendo um processo de deseducação, em que os sujeitos do processo educacional são furtados da prerrogativa crítica, desde a Educação Infantil.

A Educação Infantil no projeto neoliberal: direito ou concessão?

A história da Educação Infantil no Brasil é caracterizada pela falta de compromisso do Estado com a educação das crianças. O atendimento era feito sem nenhuma preocupação efetiva com o desenvolvimento integral das crianças e quase sempre era realizado por instituições que se autodenominavam filantrópicas ou órgãos de assistência e bem-estar social sem nenhum profissionalismo educacional.

Pode-se afirmar inicialmente que o que há em comum entre as diferentes instituições de atendimento à criança de 0 a 6 anos de idade ao longo da história educacional brasileira é o fato de que, de um modo geral, os serviços prestados variaram sempre entre o péssimo e o precário, quando destinados à população de baixa renda (CORRÊA, 2007, p. 14).

Para atender às demandas da Educação Infantil existiam, de um lado, as creches que atendiam a crianças mais novas (0 a 3 anos), e de outro, os jardins da infância e as pré-escolas que atendiam crianças de 4 a 6 anos que se vincularam desde o seu início aos órgãos e sistemas educacionais. De acordo com Corrêa (2007, p. 15), os jardins de infância se encarregavam de desenvolver um “trabalho sistemático com as crianças pequenas baseado em jogos e brincadeiras, numa minuciosa rotina de atividades e com caráter disciplinador, visando à formação moral dos pequenos para que se tornassem adultos virtuosos”.

Na década de 1970, segundo Corrêa (2007), surgiram as Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI. Além disso, houve a expansão da oferta de creches e pré-escolas devido a dois fatores: 1 – pressão dos movimentos sociais organizados da sociedade civil; 2 – receio de uma revolução popular pela parte dos militares, dado que o nível de pobreza se acentuava. A expansão foi pensada dentro da

lógica custo/benefício; logo se caracterizou por ser uma política pobre para os pobres. Para a autora, o exemplo disso foi o Projeto Casulo, apoiado em dois princípios: atender a todas as crianças “necessitadas”, não sendo possível preocupar-se com padrões de qualidade; otimizar os poucos recursos disponíveis, além de envolver a comunidade nessa tarefa.

Levando-se em consideração as análises feitas por Corrêa (2007), é possível afirmar que, nos anos de 1970 e 1980 já se observavam os primeiros efeitos das políticas neoliberais: a educação era oferecida sem padrões de qualidade (a quantidade prevalecia em detrimento da qualidade); a imposição de uma lógica que apregoava que a educação deveria ser desenvolvida pela sociedade com apoio do Estado e não o contrário; enxugamento da máquina estatal, que estava diretamente ligada à otimização de recursos materiais e humanos.

A Constituição Federal 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 acenam no plano teórico-oficial para valorização da Educação Infantil, pois pela primeira vez na história, nas duas leis encontram-se artigos que tratam especificamente da educação das crianças. Porém, em ambas as leis percebe-se que o Estado, por meio de um discurso que prega a descentralização como estratégia para garantir a autonomia, busca transferir suas obrigações para seus entes federativos e para a sociedade.

Na prática, essa “descentralização” restringe-se à parte financeira, pois o material, o conteúdo programático e a fiscalização continuam sob a responsabilidade do Estado. Isso acaba mistificando as responsabilidades, deixando a impressão de que os poderes estão divididos. Na lógica neoliberal os objetivos, o controle e os fins da educação continuam sendo definidos pelo Estado.

Com relação à autonomia,

[...] é apenas administrativa. As avaliações, livros didáticos, currículos, programas,

conteúdos, cursos de formação, critérios de “controle” e fiscalização continuam dirigidos e centralizados. Mas, no que se refere à parte financeira (como infraestrutura, merenda, transporte), passa a ser descentralizada (LOPES; CAPRIO, 2008, p. 11).

Como consequência disso, a Educação Infantil, embora garantida e definida na legislação como um direito, continua marginalizada, padecendo da crônica dicotomia: concessão/direito. Em virtude disto, as instituições de Educação Infantil assumem diferentes funções, ora assistencialistas, ora educacionais, porém uma característica comum entre elas é, quase sempre, a precária formação profissional daqueles que estão envolvidos com o desenvolvimento do trabalho pedagógico. De certa forma, a legislação é conveniente com essa situação, pois não apresenta uma política séria para a formação do profissional da Educação Infantil.

Para a Educação Infantil e seus profissionais, a proposta de formação de professores defendida pelo MEC é extremamente nociva, pois acabará por reforçar algo que acompanhamos há anos no atendimento a crianças menores de 6 anos: a formação inicial realizada sem o mínimo de condições e conhecimentos necessários ao trabalho docente. Desta maneira, torna-se fácil o escamoteamento de um atendimento ruim, que acaba por empurrar a educação de crianças menores de 6 anos para o amadorismo, a improvisação, o vale tudo, obrigando seu profissional a se afastar cada vez mais da condição de professor que ensina, que deve possuir competência (que supere a improvisação, o amadorismo e a mediocridade), precisão técnica, rigor filosófico e disciplina metodológica, criatividade e criticidade na forma de entender e trabalhar o conhecimento conforme o contexto em que foi produzido (ARCE, 2002, p. 267).

Por falta de uma política séria para a formação de professores, esses profissionais acabam sendo formados a partir das conveniências das instituições. A formação mínima de

docentes para atuar na Educação Infantil é oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Art. 62 da LDB/96), assim, essa profissão se torna acessível para muitas pessoas sem conhecimentos específicos da profissão.

Nos cursos de pedagogia a formação específica necessária à realização de um trabalho de qualidade é, via de regra, superficial, limitando-se ao oferecimento de uma disciplina com carga horária variando entre 60 e 90 horas; muito pouco para a complexidade que envolve a Educação Infantil. Os municípios, por estarem legalmente obrigados a oferecer essa modalidade educacional, oferecem-na de qualquer maneira ou repassam suas obrigações às Organizações Não Governamentais (ONG), que por trás da filosofia filantrópica escondem a lógica do mercado. Desse modo, os objetivos são traçados com base na relação custo/benefício.

Para o autor Andrioli (2002), o neoliberalismo trouxe consigo várias consequências para a educação, dentre elas, podemos destacar problemas desencadeados na Educação Infantil, como “o rápido e o barato” e a “formação menos abrangente” que se tornam critérios de eficiência, pois se torna vantagem se formar em um curto período, e com pouco gasto. Mas deve-se levar em consideração a ocorrência desses problemas que, para a Educação Infantil, são: limitação de conhecimento específico e incapacidade de compreender

o contexto social das crianças. Diante disso,

[...] o investimento na formação, com qualidade, do educador infantil, aliando isso à valorização profissional, melhoria das condições objetivas de trabalho nas instituições de Educação Infantil, são apenas alguns passos necessários de uma caminhada bem mais ampla com vistas a contribuir para que, no mínimo, o atendimento à infância não tenha a aleatoriedade como pedra basilar (ABREU e DIAS, 2004 p. 14).

Partindo dessas considerações, fica evidente ser necessário que esses profissionais possuam uma formação capaz de lhes garantir subsídios técnicos e científicos para intervir na realidade e perceber as demandas da sua profissão. Não é possível admitir improvisos e falta de comprometimento no processo pedagógico desenvolvido na Educação Infantil, muito menos que ele seja reduzido a uma rotina de brincadeiras e atividades descontextualizadas que visem exclusivamente ao controle e à disciplina das crianças. As brincadeiras na infância são essenciais, mas precisam ter objetivos e metas previamente definidas, do contrário, tornam-se atividades com um fim em si mesmo.

Nessa perspectiva, a Educação Infantil, mesmo sofrendo ataques frontais das políticas neoliberais, deve ser compreendida como direito e não como concessão de um Estado bondoso.

Referências

- ABREU, S. E. D.; DIAS, A. A. Políticas públicas para a formação do educador infantil pós-LDB/1996: questionamentos e proposições. **Revista do Programa de Mestrado em Educação e Cultura, Florianópolis**: v. 5, n. 1, p. 69-84, jan./jun. 2004.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.
- ANDRIOLI, A. I. As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 13, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

ARCE, A. Compre o kit neoliberal para a Educação Infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. **Revista Eletrônica Educação & Sociedade**, Campinas, n. 74, abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2 fev. 2010.

AGUIAR, L. S. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/node/3038>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006.

CARVALHO, C. E. Governo Lula: o triunfo do neoliberalismo. **Revista Margem Esquerda**. São Paulo, n. 3, abr. 2004.

CORRÊA, B. C. A Educação Infantil. In: Oliveira, R. P e ADRIÃO, T. **Organização de ensino no Brasil**: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

CREMONESE, D. **Políticas públicas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009. (Coleção Educação a Distância – Série livro-texto).

LIMA, K. R. S. Reforma da educação superior do Governo Lula e educação a distância: democratização ou subordinação das instituições de ensino superior à ordem do capital? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED – SOCIEDADE, DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO: QUAL UNIVERSIDADE? 27., 2004, Caxambú. **Anais...** Caxambú, 2004.

LOPES, E. C. P. M., CAPRIO M. As influências do modelo neoliberal na educação. **Revista Eletrônica Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 5, jul. 2008. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/polit_gest/edi5_artigoedianelopes.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2010.

MARTINS, C.. **O que é política educacional**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

NASCIMENTO, R. S. S. A política econômica externa do governo Collor: liberalização comercial e financeira. In: ENCONTRO DOS ECONOMISTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 5., 2003, Recife. **Anais...** Recife: VEELP, 2003.

Submetido em 31 de março de 2010

Aprovado em 3 de maio de 2010